



## LIVROS DE LEITURA DA ESCOLA GRATUITA SÃO JOSÉ – REGISTROS TIPOGRÁFICOS DA CONTRIBUIÇÃO DOS FRANCISCANOS À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

CLAUDINO GILZ<sup>1</sup>  
MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES<sup>2</sup>

### Introdução

O presente trabalho sobre os Livros de Leitura da Escola Gratuita São José, fundada pelos Franciscanos no dia 6 de Janeiro de 1897 em Petrópolis (Rio de Janeiro), encontra-se ainda em fase inicial e ancorado no projeto de pesquisa apresentado como pré-requisito de seleção ao Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade São Francisco – Itatiba / SP. Projeto esse de pesquisa cujos objetivos se circunscrevem em: privilegiar os Livros de Leitura impressos pela Tipografia São José, no período de fins do século XIX às duas primeiras décadas do século XX; rastrear as temáticas valorizadas por seus autores, a partir das quais se pretende identificar e analisar as visões de mundo acolhidas e disseminadas por tais obras, na conexão com o contexto sociocultural da época, postas em movimento e tensionadas na emergência da demanda de formação e conformação de cidadãos saudáveis, civilizados e escolarizados.

É com base nessas prerrogativas que se pretende discorrer a respeito do tema do presente trabalho: Livros de Leitura da Escola Gratuita São José – registros tipográficos da contribuição dos Franciscanos à História da Educação no Brasil.

### **Fins do século XIX e primeiras décadas do século XX – contexto em os que os Livros de Leitura vieram a ser elaborados e impressos, atravessados por indícios, resistências e engodos da Modernidade**

A modernidade é mais do que a circunscrição conceitual de uma época histórica ou de determinados processos de imbricamento político, econômico, científico, fabril (industrial), urbanístico, cultural, artístico e literário. Segundo Berman (2007, p. 21-22), “ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo. Professor no Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário, Curitiba (PR). E-mail: [claudinogz@bol.com.br](mailto:claudinogz@bol.com.br)

<sup>2</sup> Pós-Doc em Educação pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação *Scripto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. [fatima.guimaraes@usf.edu.br](mailto:fatima.guimaraes@usf.edu.br)

burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar [...].”

A modernidade passou a ser historicamente um modo humano de se situar no mundo. Passou a ser sinônimo – por um lado – de tensões, riscos, conflitos, contestações, lutas, resistências, anulações, apagamentos, anulação de “fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia” (BERMAN, 2007, p. 24) e – por outro - de encantamento com as invenções, o sistema de fábrica, a mecanização dos processos produtivos, a constituição de centros urbanos, os estímulos ao progresso, a obtenção de lucro, “aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor.” (BERMAN, 2007, p. 24).

O ser humano não chega a tal época a ser moderno por inteiro ainda, por se permitir viver em profunda dicotomia, ou seja, a sensação de viver em dois mundos simultaneamente. O século XIX foi um momento de significativo crescimento demográfico, o que acarretou na necessidade de reordenamentos urbanísticos. Foi também a época por excelência das invenções. Segundo Pesavento (1997, p. 29-30),

*[...] produtos novos e máquinas desconhecidas atestavam que a ciência aplicada à tecnologia era capaz de tudo ou, pelo menos, quase tudo. O valor dominante era o do progresso, caro às elites que dele faziam o esteio de uma visão de mundo triunfante e otimista. [...] Entretanto, no quadro das transformações capitalistas também se geraram as condições miseráveis de existência e trabalho dos operários fabris e deram margem a movimentos associativos e de resistência da classe trabalhadora.*

Invenções essas que tiveram nas Exposições Nacionais e Universais<sup>3</sup> oportunidades únicas de divulgação e apreço. Consta que até a primeira metade do séc. XIX, as Exposições da indústria eram nacionais, devido ao protecionismo dos países às suas indústrias nascentes, com exceção da Inglaterra, em cujo país o liberalismo econômico e o comércio ultramar mas vinha prosperando.

Constata-se que tais Exposições passaram a ser consideradas espécies de epicentros da modernidade. Porque foram como que o espaço de manifestações e crenças acrílicas no progresso, na técnica, na ciência a modelar a vida social. Para Walter Benjamin (1985), a modernidade na cidade de Paris significou a remodelação daquilo que então era: uma vila

---

<sup>3</sup>. 1851 – Londres; 1855 – Paris; 1862 – Londres; 1867 – Paris; 1873 – Viena; 1876 – Filadélfia; 1878 – Paris; 1882 – Buenos Aires; 1883 – Antuérpia; 1889 – Paris; 1893 – Chicago; 1900 – Paris; 1904 – Luisiana; 1906 – Milão; 1910 – Bruxelas; 1915 – São Francisco; 1922 – Rio de Janeiro.

medieval em capital do mundo durante o século XIX, alavancada principalmente pela força do comércio têxtil, da moda, do uso do ferro em construções. Capital das passagens (galerias), ou seja, *dos* centros comerciais de mercadorias de luxo e suas ambiguidades.

*Ambiguidade é a imagem visível e aparente da dialética, a lei da dialética em estado de paralisação. Essa paralisação é utópica e, por isso, a imagem dialética é uma quimera, a imagem de um sonho. Tal imagem é presentificada pela mercadoria enquanto fetiche puro e simples. Tal imagem é presentificada pelas passagens e galerias, que são tanto casa quanto rua. (BENJAMIN, 1985, p. 39-40).*

Ambiguidade presente de modo especial nas imagens do desejo (do indivíduo ou do coletivo), um dos pressupostos psicanalíticos em Walter Benjamin. Ou seja, nas imagens do desejo, “a coletividade procura tanto superar quanto transfigurar as carências do produto social, bem como as deficiências da ordem social da produção. Além disso, nessas imagens desiderativas aparece a enfática aspiração de se distinguir do antiquado – mas isto quer dizer: do passado recente.” (BENJAMIM, 1985, p. 32). E, nesse sentido, as passagens acabam *sendo* um ‘mundo do sonho’ a atrair uma sociedade do consumo ainda incipiente. O que Benjamin propõe? O ‘despertar’ desse sonho.

O Rio de Janeiro foi, no Brasil, a cidade que por primeiro passou por grandes transformações urbanísticas e socioculturais durante a segunda metade do século XIX. Em outras palavras,

*[...] os ventos do progresso soprariam em direção ao Terceiro Mundo e seriam filtrados segundo os olhos e os interesses de suas elites [...]. Escravista, agrária, exportadora para o mercado mundial, a jovem nação brasileira aspirava também a participar do espetáculo da modernidade. [...] Afinal, por intermédio do comércio internacional, impulso vital de sua economia, o Brasil tomava conhecimento dos novos produtos lançados pelas fábricas europeias e dos novos inventos. A máquina a vapor e as vias férreas haviam se tornado conhecidas também na América. (PESAVENTO, 1997, p. 60).*

Segundo a historiadora, às elites dirigentes, intelectuais e econômicas brasileiras, o progresso era uma meta que o país precisava aspirar e perseguir, para atingir o *status* de ‘moderno’. Queria também o Brasil ser uma nação “moderna, participar da rota do progresso, [...] desfazer a imagem do exotismo tropical do atraso e da inércia”. (PESAVENTO, 1997, p. 16).

Foi a cidade do Rio de Janeiro, influenciada pela França, o centro irradiador de costumes, hábitos, modas e ideias modernidade: urbanização (prefeito Pereira Passos); saneamento (Oswaldo Cruz). Quais costumes, hábitos, modas e ideias de modernidade?

*Os aviões subiam aos céus, mas geravam medo e apreensão. A mesma luz elétrica que movia os bondes e tirava as cidades da escuridão promovia acidentes; choques às vezes fatais. Na corte carioca conviviam, da mesma maneira, realidades distintas: os saraus elegantes, com seus costumes à francesa, e as festas populares, que deixavam as ruas coloridas entre tantas congadas, reisadas, batuques, entrudos e procissões. Os novos carros que começavam a circular causavam engarrafamentos e trombadas, sobretudo quando emparelhados aos veículos de tração animal. Por fim, não há como esquecer que a escravidão deixava, ainda, marcas evidentes no cotidiano local. (COSTA e SCHWARCZ, 2000, p. 11).*

Segundo Lopes (2001), a cidade do Rio de Janeiro era de certo modo ainda colonial, visível no traçado das ruas e nos costumes de seus habitantes. A ausência de saneamento básico, a sujeira das ruas e a promiscuidade dos cortiços acentuavam a ameaça de doenças contagiosas, tornando mais visível a pouca adesão dos cidadãos aos princípios da urbanidade. De meados do século XIX em diante, imigrantes chegam, falam línguas desconhecidas, trazem na bagagem aspirações de melhores dias e hábitos e contrastam com o da população local. As autoridades governamentais se esforçam para transformar a cidade em cartão de visitas do Brasil. Basta aqui citar, por exemplo: o bota abaixo do morro da Favela e a guerra aos cortiços; a abertura de largas avenidas ladeadas de edifícios construídos com as modernas técnicas da engenharia. No entanto, médicos e engenheiros sanitaristas não chegam a um acordo quanto aos meios eficazes de erradicação de doenças epidêmicas. Durante a remodelação da cidade, os adjetivos ‘rural’ e ‘colonial’ designam tudo aquilo (morros, cortiço e ocupações) que se visa eliminar. É permitido o trânsito de muares somente à noite e é proibida a existência de hortas e capinzais no perímetro urbano. O matadouro de Santa Cruz, estabelecido em 1904, a criação de suínos, os novos cemitérios e hospitais devem estar localizados na periferia da cidade. Os cheiros e a luminosidade são marcas diferenciais dos habitantes e dos locais por onde circulam. A luz ressalta os monumentos, as lojas, os edifícios públicos e as vias de circulação e promove o espetáculo urbano do século. A sombra envolve os espaços onde se concentra a pobreza. O contraste do claro e do escuro delineia a representação da cidade.

A partir da metade do século XIX, podemos observar, na cidade do Rio de Janeiro, uma série de alterações no cotidiano da população, graças a uma progressiva entrada em cena

das maquinarias do conforto (iluminação, bondes, trem, esgoto). “O saneamento da cidade é também uma recodificação desse espaço. A destruição dos morros no centro da cidade e o alargamento das ruas são justificados pela necessidade de aeração do espaço urbano.” (LOPES, 2001, p. 43). A preocupação com o contágio e a contaminação da água, do solo e do ar orientaram a reorganização dos cemitérios, a drenagem dos solos, a impermeabilização das edificações.

Perscrutar o que se passou a denominar como modernidade em Paris e no Rio de Janeiro possibilita chegar-se de rastros, sinais, saberes, experiências, temporalidades, dinamismos gradativos com particularidades em cada localidade, região e país. Possibilita deparar-se com o encurtamento de distâncias pela mediação tecnológica, com a noção de tempo como sinônimo de aceleração da vida (TEMPO SEM EXPERIÊNCIA, 2009). Possibilita deparar-se com discursos e práticas do sistema de fábrica a justificar os meios para se alcançar a eficiência produtiva, a lucratividade, a redefinição do perfil de trabalhador. Possibilita perceber a importância da educação como prerrogativa indispensável à civilidade, a ascensão da classe burguesa, as transformações a redesenhar a paisagem urbana. Possibilita identificar em que momento se começou a fazer uso do ferro, do vidro, da luz elétrica, do cimento (concreto): “uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano.” (BERMAN, 2007, p. 28).

Possibilita, enfim, situar em que contexto se configura a noção de que tempo é dinheiro, as razões pelas quais ocorre a concentração das unidades industriais nos centros urbanos, as indignas condições de vida classe operária (bairros operários) e muitos outros fatores.

*O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: [...] a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; [...] enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. (BERMAN, 2007, p. 25).*

Industrialização da produção que escondia, por exemplo, a poluição no interior das minas de carvão do século XIX na França. Escondia, de acordo com Zola (2014), os inícios

dos movimentos de trabalhadores grevistas relegados pelos seus patrões às miseráveis condições de vida, a riscos de enfermidade e de morte, além das tensões ante a baixa remuneração e à ameaça de desemprego de várias famílias (por exemplo, a família de Toussaint Matheo). Escondia, por um lado, a bonança que era desfrutada pela classe burguesa, e, por outro, a miséria humana, social e moral (principalmente na negação da personagem de Catherine). Uma das cenas mais impactantes se dá logo no início da obra “Germinal” de Émile Zola. O ex-maquinista Etienne Lantier – à procura de emprego – aproxima-se de uma mina de carvão e dialoga com um trabalhador de 58 anos, a tossir e a vomitar carvão do qual encontrava-se intoxicado. Tal trabalhador assim havia sido apelidado por ter sido tirado três vezes do interior da mina como que morto. Etienne pergunta a este trabalhador se há fábricas ou oficinas na região ainda a oferecer emprego. E o que ouve?

Ouve que as fábricas ou oficinas na região estão a fechar uma após a outra. Ouve que, onde há ofertas de trabalho, há também ameaças por parte dos patrões em baixar os salários pagos aos trabalhadores, o que estaria a justificar algumas ameaças de greve. Ante a morte de um operário da mina, Etienne consegue a vaga, passando a presenciar já nos primeiros dias a exploração da mão de obra, as condições inóspitas do local de trabalho, os acidentes no interior das minas, as mortes, a necessidade imperiosa de todos os membros das famílias trabalharem na mina, independente da idade, para garantir o mínimo necessário à subsistência. Eram nítidos os extremos entre a miséria (os trabalhadores – meras mercadorias do sistema – a mendigar e, até mesmo, tendo que se prostituir por um pedaço de pão para comer) e a opulência (os donos dos meios de produção a alimentar-se de faizão). Eram também nítidas as despreocupações dos donos das minas com a situação sub-humana imposta aos trabalhadores. Eram nítidos, enfim, alguns dos motivos pelos quais os trabalhadores tinham suas resistências diluídas e suas lutas esvaziadas: a alienação de boa parte dos trabalhadores, a falta de unanimidade, o egoísmo por parte de alguns poucos ante a oferta de cargo de capataz na mina etc (ZOLA, 2014).

Os aspectos mencionados da conferência “Tempo sem experiência” (2009) proferida pela filósofa Oligária Matos e da obra “Germinal” de Émile Zola (2014) enunciam modos de se perceber, sentir e analisar o que se denomina modernidade. Enunciam tensões, resistências, conflitos, lutas, apagamentos. Enunciam pluralidades tanto de tempo como de práticas e de saberes.

A modernidade não foi neutra desde o seus inícios. Passou a ditar modos e ritmos de vida, demandas de produção e desprestígio de certas atividades não ligadas ao modo de organização industrial. Ao urbano, o campesino começou a ser visto como caipira, sem cultura, atrasado. “[...] é suspeita a tentativa de fornecer modelos simples para um processo único, supostamente neutro, tecnologicamente determinado, conhecido como ‘industrialização’.” (THOMPSON, 1998, p. 288). O historiador parte do pressuposto de que há uma cultura popular, um saber/fazer/instrumento de trabalho/autogestão do tempo de trabalho, anterior à regulação do tempo e à disciplina do trabalho por meio do capitalismo industrial. Tal cultura popular, tal saber/fazer/instrumento de trabalho/autogestão do tempo de trabalho acabam sendo expropriados e cedem lugar para uma nova configuração do tempo e da vida baseado no lucro. Lucro que pressupõe a perda do domínio do tempo por parte de uma maioria, do saber/fazer, dos instrumentos de trabalho.

À medida que o tempo começa a ser fracionado em horas, minutos, segundos, as pessoas passam a experienciar o tempo de diferentes maneiras, presentes não só na percepção do quanto o relógio vem a ser útil, mas também no quanto ele pode aferir prestígio ao seu dono.

*“[...] o pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço. Um relógio não era apenas útil; conferia prestígio ao seu dono, e um homem podia se dispor a fazer economia para comprar um.” (THOMPSON, 1998, p. 279).*

O engodo do prestígio que um relógio pudesse aferir ao seu dono escondia na época o processo de fracionamento do tempo que, por sua vez, começava a conformar os indivíduos nos condicionamentos das máquinas, na sincronização de rotinas e trabalhos, na exploração da mão-de-obra, nada mais do que endossos à sociedade capitalista industrial nascente. Escondia a divisão de trabalho, as multas, o *stress* das cineres das fábricas, a supressão das feiras e dos esportes. Escondia contestações à severidade das doutrinas mercantilistas cujas justificativas de manutenção dos salários baixos dos trabalhadores era para preveni-los do ócio.

Tem-se a nítida percepção de que os aspectos aqui apurados sobre a modernidade carecem de aprofundamento e de maior aferição. No entanto, já contribuíram para a compreensão preliminar do contexto em meio ao qual a demanda de formação e conformação

de cidadãos saudáveis, civilizados e escolarizados (GUIMARÃES, 2013) veio a ser divisada e contemplada nas páginas de cada um dos quatro primeiros Livros de Leitura da então Tipografia São José.

A pesquisa sobre os Livros de Leitura da Escola Gratuita São José enquanto registros tipográficos da contribuição dos Franciscanos à História da Educação no Brasil identifica nestes poucos indícios e engodos da Modernidade aqui apurados o ponto de partida para uma análise. Análise essa tanto das temáticas valorizadas como das visões de mundo acolhidas e disseminadas pelos Livros de Leitura.

### **Livros de Leitura da Escola Gratuita São José – registros tipográficos da contribuição dos Franciscanos à História da Educação no Brasil**

Circunscrever o percurso que mobiliza o historiador a empreender determinada pesquisa é de suma importância. Trata-se de um dos aprendizados alcançados com o estudo de alguns ensaios do historiador italiano Carlo Ginzburg. Prima ele em situar o leitor – seja no prefácio do seu livro “Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história”, seja no capítulo V “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” – em relação à sua trajetória de pesquisa. Trajetória essa que principiava ele em meados dos anos 50 do século XX, quando se ocupava da leitura de romances, obras que o incitavam a inquietar-se ante o modo dos autores privilegiarem um estilo literário em relação a tantos outros. “A hermenêutica aplicada a textos literários e, mais precisamente, o gosto pelo detalhe revelador orientaram profundamente meu trabalho posterior, desenvolvido de maneira preponderante a partir de uma documentação de gênero totalmente diferente.” (GINZBURG, 1989, p. 8).

De acordo com o historiador, emergiu por volta do final do século XIX no seio das ciências humanas e que, do ponto de vista metodológico, consiste em: distinguir elementos unicamente presentes em documentos originais, mas ocultos nas cópias feitas deles (autoria, coloração, espessura etc.); “examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados” (GINZBURG, 1989, p. 144); “apreciar os pormenores, de preferência à obra em seu conjunto” (GINZBURG, 1989, p. 145); examinar registros de minúcias não tanto vistosas do objeto de estudo; achegar-se de “pistas de eventos não diretamente experimentáveis pelo observador” (GINZBURG, 1989, p. 153); ater-se a problemas preliminares, a minúcias, a indícios e pistas imperceptíveis para a maioria, à personalidade da

autoria das fontes, a hipóteses menos aceitáveis, a conexões passíveis de documentação, a pormenores pouco notados ou despercebidos, tido como refugos, detritos, resíduos, dados marginais, mas reveladores; aprender a reconstruir formas, movimentos, narrativas, vestígios, buscando analisá-los, compará-los, classificá-los e interpretá-los; fazer a experiência de decifração de pistas oriundas de eventos ocorridos em série, decifração de sinais de tipos diversos, da oralidade às escritas (caracteres nos quais livros, páginas, registros estão escritos; pautar-se, enfim, por indícios, sinais, pegadas e vestígios imperceptíveis até que seja possível remontar os diversos elementos que dizem respeito ao objeto de estudo, à narrativa plausível do mesmo inviável por outros meios. Identifica-se nesses aspectos propostos por esse historiador italiano um método que dá acesso ao conhecimento histórico com base mais na observação de pormenores reveladores do que na mera dedução. A dedução torna-se possível a uma pesquisa com base nas conexões que o historiador estabelece entre um indício e outro, entre sinais e possíveis documentos.

A Escola Gratuita São José, fundada pelos Franciscanos no dia 6 de Janeiro de 1897 em Petrópolis (Rio de Janeiro), foi a circunscrição histórica e educacional em que se deu a elaboração e a impressão dos Livros de Leitura. Em 1901, apenas quatro anos após a fundação, a referida Escola passou a dispor uma tipografia (atual Editora Vozes) para impressão dos mais diversos materiais para as atividades escolares (ANDRADES, 2001).

Vieram os referidos Livros de Leitura – elaborados e impressos para os quatro anos do então ensino primário de acordo com as demandas internas da Escola Gratuita São José – a serem também amplamente adotados em diferentes escolas do Brasil, disseminando ideais, padrões de comportamento e valores franciscanos junto às gerações escolares de diferentes segmentos sociais do período. De acordo com Hallewell (1985), os quatro primeiros Livros de Leitura foram tendo suas reedições impressas até a década de 1970.

Autoria do Primeiro, Segundo e Quarto Livro de Leitura é atribuída aos professores da Escola Gratuita São José, sob a direção de Frei Bruno Heuser. Pontua-se que a autoria do Terceiro Livro de Leitura é atribuída apenas aos professores. De acordo com Pimentel (1951), em pouco tempo chegaram às mãos dos alunos também aproximadamente 26 “Livros Escolares” de Gramática, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Silabários, História Sagrada e Catecismos. O lucro da venda dos Livros de Leitura e outros impressos em sua tipografia a outras escolas do Brasil possibilitou à Escola Gratuita São José dispor de fundos

para tanto pagar seus professores leigos como oportunizar de início um ensino sem custos a alunos predominantemente filhos de famílias de ex-escravos e de imigrantes alemães pobres.

O contexto histórico-cultural brasileiro que remonta à última década do século XIX e as primeiras do século XX foi permeado principalmente por alguns fatores, tais como: a transição do sistema de governo imperial para o republicano; a produção industrial limitada praticamente à produção de bens de consumo; o alto índice de analfabetismo da população brasileira beirando a 80 % (VALLADARES, 2009); a ausência de um consistente sistema de instrução capaz de responder às demandas do país (BOCAIÚVA, 1986); e, de acordo com Koeller (1991), a falta de compêndios elementares e de trabalhos aritméticos levava os mestres a dispor de livros de rezas e bíblias para o ensino da leitura.

Segundo Shaette (1922, p. 205),

*Os missionarios franciscanos, vindos da Alemanha e aportando ao Brasil em 1891, tomaram muito a peito a educação da juventude em escolas primarias. Apenas estabelecidos em suas residencias, ás vezes paupérrimas, cogitavam incontinenti da aquisição de uma ou mais salas para escola. O seu labor tem sido ininterrupto até hoje [...]. Enorme é o numero de crianças brasileiras que nas escolas franciscanas receberam instrucção e educação.*

Na Escola Gratuita São José, o programa completo abrangia três cursos: elementar, meio e complementar, distribuídos em cinco classes, das quais duas pertenciam ao curso elementar, uma ao médio e duas ao complementar. Shaette (1922, p. 216), pontuou que as seguintes disciplinas eram ensinadas nessa Escola: “Religião, portuguez, historia, arithmetica, geometria, geografia, historia natural, physica, chimica, caligraphia, desenho, canto, gymnastica”. Nessa pesquisa, constatou-se que tais disciplinas estão também presentes nos Livros de Leitura, objeto desse trabalho.

Em relação às aulas de Língua Portuguesa e à metodologia desenvolvida pelos professores da Escola Gratuita São José, com base nos quatro primeiros Livros de Leitura, identifica-se os seguintes registros:

Depois da religião o dom da palavra é o maior bem de cada indivíduo e de toda a sociedade. A LINGUA PORTUGUEZA<sup>4</sup>, por isso, [...] é a disciplina de maior importância na escola primaria. Cada lição tem de oferecer ao alumno occasião para aperfeiçoar-se no idioma materno, tanto oralmente como por escripto. Em todas as matérias e lições o professor deverá: 1.º explicar as palavras desconhecidas ou menos familiares; 2.º dar occasião ao

---

<sup>4</sup> Grifo do autor citado.

alumno para exprimir os seus pensamentos verbal e graphicamente; 3.º limitar quanto possível o numero de perguntas; 4.º exigir do alumno uma pronuncia correcta e expressiva. (SHAETTE, 1922, p. 217).

Consta que o “Primeiro Livro de Leitura” veio a ser impresso no ano de 1904, alcançando sucessivas reedições. Por ocasião de sua 30.<sup>a</sup> reedição, tinha já a cifra de mais de 300.000 exemplares distribuídos. Divido em quatro partes, as três primeiras com atividades visando iniciar os alunos na aprendizagem das letras do alfabeto (cada uma delas com ilustrações de objetos, animais ou situações), da formação de sílabas e das palavras. A quarta parte dispõe de 23 diferentes temas, ora desenvolvidos em forma de poemas (1.º, 5.º, 6.º, 8.º, 11.º, 14.º, 16.º, 18.º, 20.º e 22.º) e breves textos (2.º, 3.º, 7.º, 9.º, 10.º, 12.º, 13.º, 15.º, 17.º, 19.º, 21.º e 23.º). Dentre as temáticas valorizadas pelos poemas e breves histórias do “Primeiro Livro de Leitura” destacam-se: conhecimento de Deus, família, virtudes a aprender com os pássaros, os animais e a natureza. Identifica-se na última página do “Primeiro Livro de Leitura” quatro parágrafos de uma “cartinha” do aluno denominado como Lauro à sua “querida mamãezinha”. O teor da referida cartinha converge para a alegria do mesmo em enunciar que já havia acabado os estudos do “Primeiro Livro de Leitura” e que, por sua vez, já capaz de “ler e escrever”, inclusive as “saudosas cartas” enviadas por ela.

Ainda não se conseguiu apurar o ano de impressão na tipografia da Escola Gratuita São José o “Segundo Livro de Leitura”. Torna-se possível afirmar que no ano de 1917 já transcorria a sua 5.<sup>a</sup> reedição. O “Segundo Livro de Leitura” encontra-se composto de 5 secções permeadas de contos, textos em prosa e verso cujos títulos dessas mesmas partes são: a) Deus; b) a casa paterna; c) a escola; d) deveres que os meninos devem conhecer e cumprir; e) na bela natureza. Dentre as temáticas valorizadas pelos poemas e breves histórias do “Segundo Livro de Leitura” destacam-se o conhecimento de Deus, a formação de um aluno cristão, aplicado, trabalhador, obediente, grato, verdadeiro, cauteloso, modesto, piedoso, sóbrio, respeitador das coisas alheias, solidário, dado ao apreço da família e ao cuidado dos animais.

O “Terceiro Livro de Leitura” com várias reedições encontra-se estruturado em duas partes. A primeira delas permeada de excertos literários, em prosa e verso, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento por parte do aluno da leitura expressiva e da clara compreensão do significado tanto de conceitos como de expressões. Os títulos das três principais secções dessa primeira parte são: I) Deus – Igreja – Escola; II) Deveres que os

meninos devem cumprir; III) A casa paterna – Os pais – os meninos. Objetiva-se a formação de um aluno cristão, aplicado, econômico, obediente, grato, verdadeiro, cauteloso, satisfeito, piedoso, sóbrio, respeitador das coisas alheias, solidário, dado ao apreço da família e ao cuidado dos animais. A segunda parte tem como objetivo auxiliar de modo eficaz na aprendizagem de conhecimentos elementares da História Natural, da Física, da Geografia e da História da pátria.

O “Quarto Livro de Leitura” com várias reedições constitui-se de uma compilada antologia de excertos, em prosa e verso, visando servir de auxílio ao estudo e à aprendizagem dos conhecimentos sobre literatura e estética. Encontra-se também dividido em duas partes. A primeira delas traz a secção de beletrística com 88 excertos. A segunda parte traz 138 excertos sobre História Natural, 24 excertos sobre Física, 7 excertos sobre Química, 20 excertos sobre Descrições Geográficas e 34 excertos sobre História.

Por mais tácita que possa parecer a apreensão do conhecimento por meio de pegadas, sinais, faros, pistas e deduções, para Ginzburg (1989, p. 152), o saber dos caçadores “é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimental diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa [...]”. As precauções do historiador ao iniciar uma pesquisa documental implicam em conhecer com propriedade como se deu o processo de elaboração de determinado documento (o que em termos de Livros de Leitura cabe ainda apurar). Implicam em decifrar o propósito com que veio a ser elaborado e por quem. Implicam em situar o documento no contexto da época em que veio a ser escrito, assim como o significado das palavras e expressões.

No entanto, torna-se já possível identificar os quatro primeiros Livros de Leitura da Escola Gratuita São José como alguns dos registros tipográficos e curriculares à interlocução sobre a contribuição dos Franciscanos à História da Educação no Brasil no período, em meio às demandas socioculturais, a debates relativos aos conhecimentos históricos e suas múltiplas formas de produção, difusão e circulação.

De acordo com Sangenis (2004), o inventário de fontes documentais e bibliográficas sobre a educação brasileira, leva a identificar uma espécie de predomínio de uma narrativa histórica que fez silêncio sobre contribuições que divergiram do padrão dominante. Assinala o referido autor (p. 104-105):

*A presença dos franciscanos na educação brasileira é um tema quase intocado. Para vir a lume, há que se juntar pedaços, reconstruir fragmentos, identificar e valorizar indícios considerados secundários, reler documentos e fontes, sob nova perspectiva, estabelecer conexões entre acontecimentos nacionais e supranacionais.*

Além dos fatores mencionados, a relevância da pesquisa sobre os quatro Livros de Leitura impressos na então tipografia (hoje, Editora Vozes) da Escola Gratuita São José se manifesta também na investigação sobre os registros históricos do trabalho educacional desenvolvido pelos franciscanos no Brasil no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Segundo Ginzburg (1989), é de suma importância examinar ainda os referidos Livros de Leitura seja no seu conjunto, nos pormenores despercebidos ou naqueles possivelmente silenciados: problemas preliminares, conexões, dados marginais, formas, narrativas, caracteres nos quais tais livros foram escritos. Decifrar pistas oriundas de eventos ocorridos em série, por exemplo, da ideia inicial ao processo de escrita dos Livros de Leitura.

### **Considerações finais**

O rastreamento das temáticas valorizadas pelos autores dos Livros de Leitura contrastam, a seu modo, com as visões de mundo acolhidas e disseminadas pelo fenômeno da Modernidade cujos indícios, resistências e engodos já foram discutidas anteriormente. Contrastam quando analisadas na conexão com indícios de tensões, disputas e conflitos do contexto sociocultural da época (fins do século XIX e primeiras décadas do século XX). Contrastam os Livros de Leitura da Escola Gratuita São José em relação a outros materiais didáticos da época ao assinalar – como intencionalidade educativa – a formação de um aluno cristão, aplicado, econômico, obediente, grato, verdadeiro, cauteloso, satisfeito, piedoso, sóbrio, respeitador das coisas alheias, solidário, dado ao apreço da família e ao cuidado dos animais. Contrastam, enfim, ao apresentar possíveis silenciamentos e ausências de algumas questões que mobilizavam a Igreja Católica e até mesmo os Franciscanos) com relação ao processo de laicização da educação no Brasil e dos projetos educacionais republicanos.

Conforme já mencionado, essa pesquisa em andamento apresenta-se, por sua vez, como um campo de investigação sobre memórias e histórias que vão além das razões de instauração da Escola Gratuita São José ou da impressão em sua tipografia de livros de leitura

como tão somente resposta às necessidades didáticas e de ensino dos professores de então. Especificidade essa relacionada principalmente tanto do trabalho educacional desenvolvido historicamente pelos franciscanos em Petrópolis e em outras cidades e regiões do Brasil, como sobre a imprensa como meio de promoção de cultura.

## REFERÊNCIAS

ANDRADES, Marcelo Ferreira de (org.). **Editora Vozes: 100 anos de história**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BEJAMIN, Walter. A **Paris do segundo Império** em Baudelaire – a boemia, o flâuner, a modernidade. In: KOTHE, Flávio. (org). **Textos de Walter Benjamin**. Tradução de Flávio Kothe. São Paulo: Ática, 1985, p. 44-122.

BENJAMIN, W. Paris, Capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio. (org). **Textos de Walter Benjamin**. Tradução de Flávio Kothe. São Paulo: Ática, 1985, p. 30-43.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 5.<sup>a</sup> impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOCAIÚVA, Q. A instrução na Província (I-II-III). In: SILVA, E. (org.). **Ideias políticas de Quintino Bocaiúva: cronologia, introdução, notas biográficas e textos selecionados**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, v. 1, p. 136-144.

BOLLE, Willi. Paris na Amazônia: um estudo de Belém pelo prisma das *Passagens*. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime (orgs.). **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 291-319.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. SP: Companhia das Letras, 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. 2.<sup>a</sup> edição. 1.<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. **Corpo e cidade: sensibilidades, memórias e histórias**. Jundiaí, SP: Paco, 2013.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

LOPES, Myrian Bahia. **O Rio em movimento: quadros médicos e(m) História 1890-1920**. RJ: FIOCRUZ, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PIMENTEL, Mesquita. **Cinquentenário da Editora Vozes Ltda: 1901-1951**. Petrópolis: Vozes, 1951.

PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA. Editado pelos professores da Escola Gratuita São José. 13.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1919.

QUARTO LIVRO DE LEITURA. Editado pelos professores da Escola Gratuita São José. 3.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1917.

SANGENIS, L. F. C.. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004, v. I, p. 93-17.

SHAETTE, Estanislau. Os religiosos da Província da Imaculada Conceição e a escola. In: PROVÍNCIA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL. **Nas festas do centenário da independência nacional 1822-1922**. Petrópolis: Vozes, 1922, p. 203-229.

SEGUNDO LIVRO DE LEITURA. Editado pelos professores da Escola Gratuita São José. 5.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1917.

TERCEIRO LIVRO DE LEITURA. Editado pelos professores da Escola Gratuita São José. 4.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1917.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. Tradução de Rosaura Eichemberg. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

VALLADARES, E. M. O declínio do império – o advento da república. In: AMARAL, Sonia Guarita do (org.). **O Brasil como império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

ZOLA, Émile. **Germinal**. Tradução de Eduardo Nunes Fonseca. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

## VÍDEO

TEMPO SEM EXPERIÊNCIA. Conferência de Olgária Matos. 41'30". Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/wp/2009/06/09/integra-tempo-sem-experiencia-olgaria-matos/>>. Acesso em: 01/12/2014, às 21h11 min.